

**“EDUCAÇÃO EM MUDANÇAS: RASTROS
E CAMINHOS EM TEMPOS
PANDÊMICOS”**

**RACISMO, EXPERIÊNCIAS NEGRAS E EDUCAÇÃO: USOS DA
LITERATURA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Julia Maria Nunes
Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 2- Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

A educação brasileira passou por muitas alterações no decorrer dos anos quando se trata da inclusão de temáticas problematizadoras e, principalmente, de cunho identitário. Um destes marcos foi a promulgação da Lei Nº 10.639 de 2003, mais tarde substituída e ampliada pela Lei Nº 11.645 de 2008, que inseriu nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Em conformidade com a Lei e com um conjunto de trabalhos de cunho acadêmico, considera-se relevantes abordagens como a promoção da cultura, da identidade e de um olhar crítico sobre a realidade oportunizada aos alunos da educação básica no país, principalmente quando se trata das relações étnico-raciais.

Durante o processo educacional, crianças e adolescentes carecem, dentro da área das Ciências Humanas e da interdisciplinaridade, de metodologias que viabilizem uma abordagem e conseqüente problematização de suas realidades. Segundo Nilma Lino Gomes a escola, principalmente a pública, enquanto instituição reguladora pouco se percebe como espaço dos corpos diferentes.

Com esse histórico, a escola pública, mesmo sendo um direito social, se esquece de que ela é a instituição que mais recebe corpos marcados pela desigualdade sociorracial acirrada no contexto da globalização capitalista. Corpos diferentes, porém discriminados por causa da sua diferença. Corpos sábios, mas que têm o seu saber desprezado enquanto forma de conhecimento (2017, p.134).

Mais ainda, Abramowicz e Oliveira apontam que resultados estatísticos demonstram a dificuldade de alunos negros em permanecer na escola, “apresentando uma trajetória escolar diferenciada em relação aos brancos, sendo que as maiores taxas de evasão e repetência se encontram entre os negros” (2006, p. 41). Assim, propor uma educação antirracista é fundamental para a garantia de crianças e jovens na escola e de uma educação que tenha sentido, que seja experienciável. Desta forma, o uso de autores como Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra e de periferia, que revolucionou o

mundo da Literatura e que hoje ainda é pouco valorizada no âmbito escolar, é um exemplo de objeto para a aprendizagem. Carolina nasceu em 1914 e durante toda sua vida passou por situações de vulnerabilidade e inseguranças das mais variadas ordens. Catava materiais recicláveis para poder sustentar sua família, José Carlos, João e Vera Eunice, aos quais tentava não deixar faltar alimento, roupas e educação. Como ela descreve em seu livro *O quarto de despejo: diário de uma favelada*, “e assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, p. 32). Nesse livro mencionado são apresentados recortes dos seus diários, onde eram traçadas muitas de suas angústias e incertezas. Além disso, na narrativa percebe-se a falta de assistência do Estado para com as pessoas à margem da sociedade, o racismo, a fome, a precariedade adjunta da pobreza e todas as dificuldades que acompanham tal vida. Carolina foi a primeira autora brasileira negra que teve o livro “(...) traduzido em 13 idiomas, vendido em 40 países e bateu a marca de 1 milhão de exemplares vendidos, antes mesmo de escritores brasileiros consagrados, como Jorge Amado e Paulo Coelho.” (VINICIUS, 2020). Faleceu em 1977, mas deixou seu legado.

Quando se torna possível aproximar a sociedade em que o aluno está inserido com os objetos do conhecimento e habilidades propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) todas as informações e saberes passam a fazer maior sentido e corroboram na construção das suas bagagens culturais. Pensando nisso, por que não trabalhar, de modo interdisciplinar, a Literatura, o Ensino Religioso, a Língua Portuguesa, a Geografia, o Projeto de vida e a História com o intuito de desenvolver o diálogo sobre o racismo no Brasil? A escrita de Carolina Maria de Jesus e de tantos outros autores e autoras negros é uma estratégia pedagógica viável não só para o cumprimento da Lei 11.645/08, mas para potencializar as experiências dos próprios alunos e para descolonizar os conhecimentos. Segundo

A Literatura pode mudar vidas, não apenas em um sentido utópico de que ela reconstrói a realidade, mas também, ao desvelar sentidos sociais, culturais e históricos, trazendo formas de enxergar a realidade e, também, novas configurações subjetivas para combater preconceitos e discriminações (EDDINE; GONÇALVES, 2016, p.81).

De acordo com o Atlas da Violência, de 2008 para 2018 houve em aumento de 11,5% nas mortes de pessoas negras no Brasil. Números como este reforçam a importância de se analisar o racismo durante os anos de formação dos cidadãos. A partir de obras como as de Carolina Maria de Jesus, por exemplo, tais problematizações podem emergir no espaço escolar e fomentar discussões, historicamente, invisibilizadas. A sua

história ilustra a realidade de cerca de 13,5 milhões de brasileiros, que conforme dados do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz de 2019, encontram-se em estado de extrema pobreza. Por meio de uma metodologia como o “estudo de caso” se tornam viáveis diversas possibilidades a serem analisadas pelos discentes. As políticas públicas, questões de gênero, ética, cidadania, preconceito linguístico, penalização da população mais pobre, discriminações variadas e racismo ambiental são alguns dos pontos que podem nortear as dinâmicas em sala de aula.

Em sua obra, Carolina traz à tona, de modo impactante, a questão racial, pois, por ser negra, sofria e dava contornos à segregação direcionada aos pretos e favelados. “(...) E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (JESUS, p. 167). São com recortes textuais de seus escritos que se pode criar ligações entre a sociedade brasileira, em que o aluno está inserido, e os objetos do conhecimento e habilidades almejadas pela rotina escolar. Ao estudar as questões raciais, tem-se a necessidade de inserir sujeitos históricos que representem diversas vivências em diferentes momentos do passado, mas sempre com elo com o tempo presente.

Em reportagem televisionada pelo programa Fantástico (Rede Globo) em dezembro de 2019, duas irmãs gêmeas, Eduarda e Helena, negras e moradoras do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, percebem em Carolina uma inspiração para ler e começar a escrever. Em momentos em que a violência tomava conta da rua, a mãe fazia com que as meninas ficassem lendo dentro de casa. Posteriormente, o hábito tornou-se uma roda de leitura que atraiu outras crianças para a atividade. Parto deste exemplo para reforçar que através de ensejos literários ou, se quisermos, das narrativas de vida de Carolina Maria de Jesus, onde se cria um vínculo com o sujeito histórico, se percebe a relevância de produzir identidades fortalecidas, críticas e, mais ainda, de como a escola pode ser propulsora da construção daquilo que os movimentos negros nomeiam de “representatividade negra”.

Deve-se destacar que, na literatura dita negra ou afro-brasileira, as imagens do negro circulam com intenções que se marcam pela autoconscientização e pela imposição de ampliar o espaço de visibilidade dos negros e de seus descendentes, independentemente da cor da pele, do tipo de cabelo ou da carnadura do corpo. A luta por maior visibilidade nos diferentes espaços com que se desenham os mapas das cidades atuais almeja reverter as associações que ligam os negros à feiúra, à sujeira, ao que está fora dos padrões determinantes de um gosto estético e construir uma semântica que esvazie os significados negativos gravados no corpo negro e nos lugares por onde ele é levado a circular (FONSECA, 2011, Apud: EDDINE; GONÇALVES, 2016, p. 82).

Em que pese a importância do caso das irmãs, a conjuntura, infelizmente, se mostra distinta. De acordo com os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2015 para 2019 o Brasil perdeu 4,6 milhões de leitores e, além disso:

“A pesquisa mostra ainda uma série de dificuldades de leitura. Entre os entrevistados, 4% disseram não saber ler, outros 19% disseram ler muito devagar; 13%, não ter concentração suficiente para ler; e, 9% não compreender a maior parte do que leem.”

No que tange a esse cenário, um episódio ilustra a postura governamental do país na atualidade, a consideração em torno da Reforma Tributária que incide no aumento da taxa de livros. O percentual corresponde a 12% a mais em seu valor total. Não só isso, mas também foi dito pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que em livros didáticos existem muitas palavras escritas, que eles seriam um amontoado e que deveriam ser suavizados. Com isso, compreende-se o quão grande é a carência de leitura no Brasil e como os governantes contribuem para tal situação. Assim, o uso da literatura negra não só reforça a interdisciplinaridade como pode potencializar o desejo pela leitura – ao passo que autor e leitor podem se encontrar em narrativas e experiências de vida. Independentemente de quais sejam as condições culturais e sociais dos estudantes, a leitura fomenta novas perspectivas sobre o mundo, transforma vidas e conseqüentemente reforça identidades. Cabe, e de forma relevante, à escola definir quais narrativas identitárias vai ajudar a produzir. Carolina narra vivências tristes e sofridas, mas esta não é a única abordagem que sua obra nos permite. Pensar o racismo é fundamental, mas conhecer a relevância e a importância que uma mulher negra ganhou no campo da literatura, por exemplo, implica numa contranarrativa que mostra que é possível que jovens negros ocupem e vivenciem outros ordenamentos sociais. Mais especificamente, se tratando do espaço pedagógico, implica não só identificar o negro na literatura como uma literatura afro-brasileira (MÉRIAN, 2008). Tomo ainda a narrativa da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche que alerta para o perigo de uma história única:

Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertavam minha imaginação. Abriam mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros (2019, p. 14).

Este texto é construído no esforço de produção de histórias múltiplas, de histórias para contar a diversidade e, impossível não dizer, a desigualdade. Mas é também o esforço de descolonizar o saber, de trazer para a sala de aula outras narrativas – de evitar o “perigo de uma história única”. Propor que Carolina Maria de Jesus e tantas outras escritoras negras encontrem outros leitores negros e não-negros que compartilham experiências e

que podem, pela educação, (re)construir narrativas identitárias fortalecidas, de autoestima e capazes de produzir estrategicamente novos saberes e relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Negra; Educação; Racismo;

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D.> Acesso em: 30 out, 2020.

CEE-FIOCRUZ. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões: a pesquisa do IBGE e o papel do Estado na garantia de direitos**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2019. Disponível em: < <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1076#:~:text=Dados%20da%20S%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de,%C3%A9%20recorde%20em%20sete%20anos>>. Acesso em: 30 out, 2020.

EDDINE, Eder A. C.; GONÇALVES, Luciano J. A educação antirracista e o poema “Tem gente com fome”, de Solano Trindade. **Revista Crioula**, nº 18, 2º semestre, p. 76-91, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados>>, Acesso em: 30 out, 2020.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2018.

MÉRIAN, Jean-Yves. O negro na literatura brasileira *versus* uma literatura afro-brasileira: mito e literatura. **Navegações**, v. 1, n. 1, p. 50-60, março 2008.

REDAÇÃO. **Reforma tributária pode fazer livro ficar mais caro**. Senado Notícias, 2020. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/11/reforma-tributaria-pode-fazer-livro-ficar-mais-carro>>. Acesso em: 30 out, 2020.

TOKARNIA, Mariana. **Brasil perde 4,6 milhões de leitores em quatro anos**. Agência Brasil, 2020. Disponível em: < <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos>>. Acesso em: 29 out, 2020.

VINICIUS, Bruno. **‘Quarto de despejo’ completa 60 anos como uma das obras mais importantes da literatura brasileira.** Folha de Pernambuco, 2019. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/cultura/quarto-de-despejo-completa-60-anos-como-uma-das-obras-mais/151915/>>. Acesso em: 30 out. 2020.